

Contexto da Educação de Jovens e Adultos

Context of Youth and Adult Education

Andiara Martins Dias

Danilo Pereira da Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Vitória da Conquista – Bahia – Brasil

Resumo

Trata-se de uma resenha crítica do livro *Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas*, dos autores José Rubens Lima Jardimino e Regina Magna Bonifácio de Araújo, que aborda os contextos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir das seguintes temáticas: a trajetória da EJA no Brasil, leis e decretos que a permeiam, políticas governamentais e não-governamentais, conferências e fóruns da modalidade, evasão escolar, educandos e educadores e juvenilização. Os temas foram explorados, criticamente, pelos autores, por meio de revisões bibliográficas, levantamentos estatísticos e mapeamentos de pesquisas. Nesta perspectiva, a obra nos proporciona reflexão rigorosa e aprofundamento teórico sobre a conjuntura da EJA no Brasil, bem como enriquece o arcabouço de produções sobre esta modalidade educativa ao passo que reitera a importância do fortalecimento de novas pesquisas neste campo.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Trajetória; Educandos e Educadores.

Abstract

This is a critical review of the book *Education of Young people and adults: subjects, knowledge and practices*, by the authors José Rubens Lima Jardimino and Regina Magna Bonifácio de Araújo, which addresses the contexts of Youth and Adult Education (in Portuguese: *EJA*), from the following themes: the trajectory of the *EJA* in Brazil, laws and decrees that permeate, governmental and non-governmental policies, conferences and forums of the modality, school dropout, students and educators and juvenileization. The themes were critically explored by the authors, through bibliographic reviews, statistical surveys, research mappings. In this perspective, the work provides us with rigorous reflection and theoretical deepening on the conjuncture of the *EJA* in Brazil, as well enriches the framework of productions on this educational modality while reiterating the importance of strengthening new research in this field.

Keywords: Youth and Adult Education; Trajectory; Students and Educators.

O livro *Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas*, compõe a *Coleção Docência em Formação: Educação de Jovens e Adultos*. Seus autores são referências em estudos sobre educação, especialmente na referida modalidade educacional. A obra apresenta-se em três capítulos, divididos em tópicos, subtópicos e conclusão. Na introdução seu caráter militante explicita-se com a evocação da comemoração de 50 anos da experiência de alfabetização de Paulo Freire em Angicos e o cinquentenário da criação do Programa Nacional de Alfabetização (PNA).

O primeiro capítulo discorre sobre o contexto social e político da Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando o desenvolvimento desigual e injusto, produtor da exclusão do processo escolar de grande parte desta população, pela falta de acesso ou permanência na escola. Para tratar desses contextos, os autores retomam o final do século XX travando um diálogo com estudiosos, especialmente historiadores, recorrendo à nomenclatura de três movimentos (não-lineares) da história social do país: “Independência ou Morte; Ordem e Progresso; e Nacional-Desenvolvimento” (JARDILINO; ARAÚJO, 2014, p. 41).

Em seguida, a obra passa a tratar das iniciativas, após 1940, que influenciaram a formulação de políticas públicas para o atendimento dos jovens e adultos não-alfabetizados. Essas diferentes experiências, exercidas dentro da educação popular, passaram pelos movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e ações das comunidades religiosas, destacando o Movimento de Cultura Popular iniciado no Arraial do Bom Jesus, Recife, em 1960.

Com a ditadura militar deflagrada, em 1964, os movimentos populares foram inibidos e as ações destinadas a alfabetização de jovens e adultos foram assumidas por outros setores, a exemplo do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), implantado sob forma da lei nº 5.379, em 15 de dezembro de 1967. Apesar de, teoricamente, manter a metodologia freireana, na prática, a padronização do material didático e as aulas pré-determinadas revelavam as contradições. Foi com esses princípios de centralidade, na concepção dos projetos e na elaboração de material didático – igual para todos os cursos do país –, que o processo de alfabetização por meio da Educação Integrada teve continuidade (JARDILINO; ARAÚJO, 2014).

Dentre os movimentos não governamentais, os autores destacam o Alfabetização Solidária (AlfaSol) que remete a política educacional do presidente Fernando Henrique Cardoso. Alguns movimentos como o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, de

São Paulo (Mova – SP), nascido no período em que Paulo Freire foi secretário de educação desta cidade, acabou se difundindo para outras localidades do país. A ONG Ação Educativa teve importante papel neste contexto.

No segundo capítulo, Jardimino e Araújo (2014) ocupam-se do contexto acadêmico da EJA extrapolando o caráter de objeto de estudo ou pesquisa ao apontarem para seu potencial enquanto movimento nacional e internacional. Os autores tomaram como ponto de partida a I Conferência Internacional de Educação de Adultos (I CONFINTEA) que ocorreu em Elsinore, Dinamarca, em 1949, traçando um cronograma das conferências seguintes até a VI Confinteia, realizada em dezembro de 2009, no Brasil, apontando as conquistas e os desafios que antecederam e sucederam cada uma delas.

Os autores destacam a criação dos Fóruns de EJA, no Brasil, como importantes instrumentos para reflexões em defesa da modalidade. Sua primeira edição aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1999, ocorrendo anualmente até 2009, ocasião em que passou a ser bianual. Parte desses eventos foram resultados das militâncias acadêmicas em prol do fomento sistemático da temática.

Sobre a EJA nas universidades, os autores constatarem, de forma crítica, que em algumas instituições este tema é muito mais marcante nos cursos de extensão e pesquisa do que nas disciplinas específicas dos cursos de licenciaturas. Referindo-se às pesquisas, a obra indica um crescimento no meio acadêmico destacando o Grupo de Trabalho 18 (GT18) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) como importante *locus* de referência para a EJA.

A trajetória da EJA no sistema educacional brasileiro foi analisada pelos autores a partir da Constituição Federal de 1988, que preceituou a educação como um direito de todos e dever do Estado. Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96, instituiu a EJA como modalidade da educação básica, sendo sua oferta função dos estados e municípios. Na tabela da página 128-129, os autores sistematizam resoluções, pareceres, decretos e leis relativas à EJA com a síntese de seus desdobramentos.

Tratando sobre a evasão escolar, os autores sinalizam algumas de suas causas: “[...] desde a necessidade de trabalhar para complementar a renda ou manter o sustento da família, até a baixa qualidade do ensino” (JARDILINO; ARAÚJO, 2014, p. 132). Diante desta constatação, o texto critica a forma pacífica e naturalizada pela qual educadores, escolas e

sistemas de ensino, por vezes, tratam este fato, além de reiterar a importância de políticas públicas que garantam o direito à educação para os sujeitos cultural e socialmente excluídos.

O capítulo três analisa os sujeitos da EJA: educadores e educandos. Sobre os primeiros, destaca-se a dificuldade em atuar nesta modalidade pela falta de preparo específico para tal trabalho. Neste sentido, o conceito do professor como pesquisador do contexto da prática é indicado pelos autores como possível solução para os desafios encontrados.

Sobre a formação contínua, os autores a apreendem no sentido do profissional: forma-se pela partilha de experiências com seus pares e se autoforma. Destacando que este processo extrapola a aquisição de técnicas e conhecimentos, adentrando na questão da valorização dos saberes docentes, elucidando o quanto são complexos e adquiridos de diversas maneiras, impossibilitando a sua circunscrição na obtenção de um diploma.

No exposto pelo livro, é possível identificar os esforços, nas últimas décadas, dos cursos de graduação e pós-graduação em preparar os professores para a mediação nesta modalidade, haja vista que várias universidades buscam incluir este debate nos cursos de licenciatura por meio da criação de disciplinas específicas, seminários integrados em projetos, entre outros. Segundo os autores, 75% dos educadores atuantes na EJA necessitam de formação continuada, sendo concretizada por meio de pós-graduações, mestrados e doutorados.

Os autores afirmam ainda que, além deste tipo de formação continuada, vinculada as universidades, as redes de ensino também devem incluir nas suas atividades de formação e planejamentos periódicos, a realização sistemática de discussões específicas sobre a EJA. É na educação processual e continuada que os autores acreditam nascer o conceito de professor pesquisador.

Jardilino e Araújo (2014) tratam ainda dos estudantes da EJA, suas identidades e trajetórias, partindo do que eles têm em comum: a negação do acesso e/ou da permanência na escola. Neste ínterim, destacam a heterogeneidade das turmas, aspecto a ser olhado com cuidado, uma vez que esta diversidade além de se constituir em um desafio para o professor também é desafio para convivência dos educandos.

Os autores exibem dados sobre as taxas de analfabetismo no país, salientando que apesar da significativa redução, os números do Nordeste ultrapassam a média nacional. Os

dados trazidos evidenciam a existência de esforços das diferentes modalidades da educação básica no atendimento de jovens e adultos não escolarizados. A amplitude dos dados apontam para solidez das pesquisas utilizadas nesta obra, chegando a incluir marcadores de gênero, cor/raça e moradia (rural ou urbana). A especificação do estudo alcança o número de matrículas e revela uma redução significativa que, segundo os autores, pode ser vista como contraditória diante de uma demanda expressiva, acentuada pelo fenômeno da juvenilização, caracterizado pela transferência de estudantes com distorção idade/série para a EJA.

Dentre os pontos tratados neste livro, um dos mais atuais sobre a EJA é a juvenilização da modalidade. Os autores retomam as Confinteas, destacando sua V edição, na Alemanha, em 1997, na qual surge pela primeira vez da expressão “Educação de Jovens e Adultos”. Jardimilino e Araújo (2014) afirmam que diante da democratização do acesso à educação, as turmas de EJA passaram a ser compostas, majoritariamente, por estudantes jovens excluídos das suas salas de aulas originais e, desta forma, buscam ou são encaminhados para as turmas desta modalidade pelo próprio sistema de ensino. A temática da juvenilização acarreta aos sujeitos da EJA, estudantes e educadores, muitos desafios. O texto reitera a importância de conhecer os educandos, suas expectativas e vivências para, a partir daí, traçar um projeto contundente às suas especificidades.

Com o título *Desafios a maneira de conclusão*, os autores retomam os pontos tratados no livro: contexto social, político e acadêmico da EJA, bem como seus sujeitos. Reafirmam, também, a importância de robustecer os estudos e pesquisas nessa área com o intuito principal de acolher os estudantes desta modalidade tão desfavorecidos nos contextos sociais e educacionais.

A obra em questão nos oferece uma abordagem pertinente dos contextos da EJA, especialmente pela forma que consegue demonstrar os diferentes meandros dessa modalidade educativa. Além disso, revela uma sistematização precisa da trajetória da EJA no Brasil, valendo-se, para isso, de instrumentos reguladores (leis e decretos), evidenciando a importância das políticas não-governamentais nesse contexto, fator que desperta questionamentos sobre em que medida os governos têm se omitido no cumprimento de seus compromissos, relegando-os a outras instâncias. Neste ínterim, percebemos uma

elucidação coerente do papel das conferências e fóruns da EJA, bem como seu fortalecimento e consolidação, enquanto modalidade educativa.

Jardilino e Araújo (2014) proporcionam elementos para construção de reivindicações, frente as instâncias governamentais, a respeito da oferta de políticas públicas que atendam às necessidades da EJA, especialmente no contexto educacional atual no qual essa modalidade enfrenta um verdadeiro desmonte por parte do governo federal, a exemplo da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), fato que entendemos como uma manobra de silenciamento, apagamento e descontinuidades de políticas públicas voltadas para essa modalidade.

As questões em torno da “evasão escolar” na EJA demonstram que esse fenômeno é, em grande medida, resultado (ou produção) da falta de interesse dos poderes públicos, materializado na negligência de atendimento às especificidades dos sujeitos dessa modalidade, conforme lógica da equidade, expressa no Parecer nº 11/2000 – que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000). Outro importante aspecto que caracteriza a modalidade educativa é o fenômeno da juvenilização, fruto do ingresso majoritário de educandos (adolescentes e jovens) com histórico de multirrepetência, demonstrando a necessidade da garantia de uma educação de qualidade, além da oferta de vagas, que reduza, ao máximo, a repetência, cuja presença sinaliza, mais uma vez, a omissão governamental emergindo como causa.

A partir de tais constatações, afirmamos que a obra em questão pode ser indicada para docentes da educação básica e do ensino superior, estudantes de cursos de licenciaturas e pós-graduação, pesquisadores e militantes da EJA. Destacamos que sua receptividade pode ser maior entre aqueles que se encontram empenhados na promoção de uma educação libertadora, tendo em vista que as reflexões trazem subsídios para questionarmos os processos educacionais e as estruturas que os atravessam (ou que são atravessados), somando a essas discussões publicações que ajudam a enriquecer, qualitativamente, esse acervo em ascensão paulatina no meio acadêmico, conforme sinalizado nessa obra.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2000.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas**. São Paulo: Cortez, 2014.

Sobre os autores

Andiara Martins Dias

Licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora da Rede Municipal de Educação de Vitória da Conquista. Mestranda em Ensino no Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEEn), da UESB. Membro do Grupo Colabor(Ação): Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (DFCH/Uesb/CNPq).

Email: andiangel@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5618-3748>

Danilo Pereira da Silva

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia (UESB). Mestrando em Ensino no Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEEn), da UESB. Bolsista na modalidade de Mestrado Acadêmico pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Membro do Grupo Colabor(Ação): Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (DFCH/Uesb/CNPq).

Email: danyllosilva9593@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2408-2093>

Recebido em: 09/12/2020

Aceito para publicação em: 31/12/2020